

LEGISLATIVO

Aumentam as cobranças dos vereadores na área da saúde

Diante das reclamações da população, as reivindicações se intensificaram por meio de requerimentos apresentados na Câmara de Foz

DC CMFI

Reptagem

Trabalhando em cima das reclamações da população, dentre os requerimentos protocolados nos últimos dias e que seguem em pauta nas sessões deste mês, os vereadores intensificaram as cobranças à prefeitura em relação aos serviços de saúde. Dentre as iniciativas estão 12 proposições que serão apresentadas em plenário para discussão e votação nas próximas sessões. As situações vão desde atraso em pagamento para empresa fornecedora de alimentação no Hospital Municipal até fila de espera, transporte precário de paciente para tratamento fora da cidade, falta de medicamentos e demora em consultas e exames.

O vereador Marcio Rosa (PL), apresentou dois casos que denunciavam as filas de espera no SUS, após pacientes relatarem meses de atraso. Uma proposição trata da espera para cirurgias de otorrinolaringologia e a outra de endocrinologia



Foto: Christian Rizzi - Câmara de Foz

Problemas na área de saúde preocupam os vereadores iguaçuenses

infantil. Já o vereador Kalito Stoeckl (PDT), falou sobre o serviço de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e pediu respostas sobre o estado precário do transporte de pacientes, devido à falta de segurança e ar-condicionado.

Com quatro requerimentos, o vereador Galhardo (PL), requereu sobre a falta de medicamento na rede municipal; o horário de atendimento para consultas e farmácias da UBS Porto Belo; contratualização

para realização de partos no Hospital Ministro Costa Cavalcanti; e esclarecimentos da falta de atendimento médico a um paciente na UBS Jardim São Paulo I.

O presidente da Câmara, João Morales (União), através de duas proposições, requisitou respostas. Uma delas abordou a aplicação da Lei Municipal nº 4.629/2018, questionando se o tempo máximo de espera para procedimentos médicos está dentro da lei e qual a média de espera para exames, consultas e cirurgias eletivas. No outro requerimento, ele pediu esclarecimentos sobre as cirurgias de catarata em Foz do Iguaçu, buscando entender a capacidade e o procedimento para dar respostas às demandas da população.

Fornecimento de refeições no Hospital Municipal

O vereador Ney Patrício (Podemos) apresentou três requerimentos, todos demandando informações do setor hospitalar, incluindo medidas em relação à recomendação administrativa nº 001/2024, do Ministério Público. O parlamentar se dirigiu a Autarquia Municipal de Saúde, a Fundação Municipal de

Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, requisitando os valores dos contratos não pagos, quais as ações governamentais adotadas para o saneamento efetivo e se existe um plano contingencial para a quitação da dívida com empresa fornecedora de refeições no Hospital Municipal.

A empresa promoveu a notificação extrajudicial da Fundação Municipal de Saúde/Hospital Municipal Padre Germano Lauck, sinalizando a interrupção do fornecimento da alimentação a qualquer momento. No dia 2 de maio, o Ministério Público oficiou à Câmara dando ciência de uma recomendação aos gestores, após receber reclamações sobre a dívida da Fundação Municipal de Saúde, que atingiu o valor superior a R\$ 3 milhões. O contrato é decorrente do fornecimento diário de refeições para os funcionários, pacientes e acompanhantes no Hospital Municipal Padre Germano Lauck. A recomendação do MP é que os gestores da prefeitura, da Fundação e da recém-criada Autarquia Municipal de Saúde adotem todas as providências necessárias para não permitir mais a interrupção no fornecimento das refeições.

Aprovado na Câmara, projeto da economia criativa em Foz vai à sanção

Uma nova proposta lei visa incentivar a economia criativa no município de Foz do Iguaçu. A iniciativa é fruto do projeto de lei 177/2023, de autoria do vereador Ney Patrício (Podemos), aprovado na sessão de quarta-feira, 8 de maio. A matéria cita outras cidades brasileiras que têm esse tipo de política pública fomentada, tais como Curitiba, Florianópolis, Belo Horizonte e Recife. "O projeto contempla quatro eixos: o consumo, tecnologia, mídia e cultura. São eixos fundamentais que norteiam a proposta que vai agora para sanção do Executivo", disse o vereador Ney Patrício (Podemos).

A proposta considera setores de empreendimento de economia criativa alguns ramos, dentre eles: setor tecnológico, audiovisual, de artes visuais, de artes de espetáculo, das criações funcionais, da literatura, da infraestrutura cultural, das expressões culturais. A prioridade de acesso ao crédito e financiamento também é uma das premissas. O Poder Executivo pode, inclusive, celebrar parcerias com organizações sociais, a fim de planejar e desenvolver atividades relacionadas na lei.

Os princípios norteadores da Política Municipal de Incentivo à Economia Criativa são: inovação, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade socioeconômica e socioambiental, diversidade cultural, melhoria na gestão de resíduos e inclusão social. Os instrumentos da política de incentivo são: crédito para produção e comercialização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, capacitação e formação de força de trabalho qualificada. (DC CMFI)



Foto: Christian Rizzi - Câmara Foz

Proposta do vereador Ney Patrício impulsiona setores como audiovisual, artes visuais e de espetáculo, criações funcionais, literatura e expressões culturais



EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Nº (01/2024)

A ITAIPU representada pela coordenadora da Comissão Permanente de Análise e Seleção de Documentos, designada pela DET GB/GP/0181/10, de 1º de outubro de 2010, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos nº 01/2024, faz saber a quem possa interessar que a partir do quadragésimo quinto (45º) dia subsequente à data da última publicação deste Edital no Jornal GDiA, se não houver oposição, por meio do Centro de Documentação, eliminará 1.186 caixas de arquivo (que equivale a 166,04 metros lineares) de documentos relativos ao faturamento dos atendimentos dos serviços prestados pela Fundação de Saúde Itaipu e pelas farmácias conveniadas que atendem aos beneficiários do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica da ITAIPU (PAMHO), do período de 2001-2011, da Divisão de Administração de Benefícios (RHGB.AD), de acordo com a Listagem acima descrita, que se encontra disponível para consulta no site: <https://www.itaipu.gov.br/institucional/acesso-informacao>

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer mediante petição dirigida ao setor de Ouvidoria (OU.BR), no endereço eletrônico: <https://www.itaipu.gov.br/pagina/ouvidoria>, a ser encaminhada à Comissão Permanente de Análise e Seleção de Documentos, do Centro de Documentação a retirada ou cópias dos documentos avulsos ou processos.

Suzanna Alves Martins

Coordenadora